

Governo
Econ. Brasil
quer

superávit fiscal

por Claudia Safatle
de Brasília

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Pullen Parente, disse a este jornal que o governo perseguirá neste ano "um superávit operacional nas contas do setor público, ainda nas casas decimais". O piso mínimo, para ele, é chegar ao final do ano com um superávit de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB), idêntico, assim, ao que foi apurado em 1994, para o setor público consolidado (governo central, estados, municípios).

Essa intenção, que ainda não é uma meta, tem importância crucial para a estabilização: um equilíbrio das contas públicas significa que o governo não pressionou as contas externas nem a demanda interna. Um superávit, ainda que pequeno, representaria uma contribuição efetiva para essas duas outras áreas, deixou claro.

Parente informou, também, que o governo brasileiro está avaliando uma proposta alternativa para oferecer ao governo argentino, em lugar da mera elevação de 3 pontos percentuais em todas as alíquotas da Tarifa-Externa Comum (TEC), no âmbito do Mercosul. Essa seria a de flexibilizar a lista de exceção, na qual constam os produtos que os quatro países do Mercosul podem ter manejo tarifário livre, frente a terceiros mercados.

Interessa ao Brasil aumentar os produtos abrigados na lista de exceção (hoje o país tem direito a trezentos itens) para poder usar as tarifas como instrumento de controle da inflação, ainda que isso seja feito por tempo limitado em um ano.

O embaixador Sérgio Amaral, porta-voz da Presidência da República, confirmou a discussão dessa alternativa e disse que ela seria debatida ainda na noite de ontem numa reunião com a presença dos ministros da área econômica.

A questão fiscal, por outro lado, ainda não está equacionada. A revisão dos números do ano passado indica um superávit primário de cerca de 4% do PIB, que pagou os juros e ainda produziu um superávit de 0,3% do PIB no conceito operacional. As empresas estatais, contudo, compareceram com um déficit operacional de 0,6% do PIB e os estados e municípios, com 0,3% do PIB também de déficit. Em cima desses dados, a área econômica faz as contas

(Continua na página 3)

POLÍTICA ECONÔMICA

1º MAR 1995

GAZETA MERCANTIL

Governo quer superávit ...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

do déficit potencial para este ano, que rondaria a casa dos 2 a 3% do PIB.

Com alguma sorte e muito pulso firme, o governo poderá extrair do pacote fiscal editado na semana passada, junto com a mudança do regime cambial, um corte de gastos de cerca de 2,5% do PIB (Produto Interno Bruto), ou R\$ 12,7 bilhões. Percentual próximo do déficit potencial estimado para este ano, no conceito operacional, para o setor público.

O grosso desse ajuste está nas mãos dos técnicos da área econômica. São R\$ 9,5 bilhões, que representam um terço do orçamento de custeio e capital, que serão cortados na origem. Nessa questão, a decisão é tomada pela Junta de Programação

Financeira, um colegiado de técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, que a cada trimestre decide quanto cada ministério vai gastar. Onde vai gastar, porém, é decisão de cada ministro.

Mais R\$ 3,2 bilhões viriam de cortes de custeio nas empresas estatais. E, para compor esse cenário de ajuste, o governo espera poder usar pelo menos R\$ 2 bilhões dos recursos da seguridade social para pagar parte dos gastos com os inativos da União. Para isso, precisa de aprovação do Congresso Nacional a Medida Provisória 935, que já produziu fortes reações contrárias. Esse dinheiro, mais o corte de uma folha de pagamentos neste ano (no conceito caixa, pelo adiamento do pagamento para até o quinto dia útil do mês seguinte) - cerca de R\$ 2,2

bilhões -, contudo, já está contabilizado nos R\$ 9,5 bilhões que a tesoura da Junta de Programação Financeira pretende passar no OGU.

O adiamento do pagamento do salário do funcionalismo público reduz a despesa de pessoal em uma folha neste ano, mas não diminui o déficit operacional nem primário, que considera os gastos pelo conceito de competência, enquanto esse adiamento representa economia apenas no conceito caixa do Tesouro Nacional.

"Se conseguirmos operar bem no fiscal, haverá boa melhora sem a redução da demanda agregada, sem maiores pressões sobre o setor privado, e também no desempenho da balança comercial", salientou Parente.

Apesar de outras fontes

da área indicarem que medidas adicionais de controle da demanda poderão ser aprovadas no próximo dia 29, quando da reunião do Conselho Monetário Nacional, o secretário executivo aconselha calma e diminuição "da taxa de ansiedade". Ou, como retratou: "Estamos dirigindo um transatlântico. Demos uma virada no mês passado com as medidas de redução do consumo, não podemos dar nova virada antes de saber exatamente onde a primeira vai dar".

Nesse contexto, de primeiro avaliar melhor o que já foi feito, ele acha que não seria a hora de impor cotas para determinadas importações, como de automóveis. "Será que já chegou a hora de pensarmos em cotas?", indagou, ele mesmo respondendo: "Acho difícil avaliar agora".